



# Anais da Assembléia

Nº 59

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 28 DE ABRIL DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT .....	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL .....	Deputado ELIO RUSCH
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PT .....	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB .....	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albenor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Rony Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Tachy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartório - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1997.**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luis Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademir Traiano, Albanor Gomes, Angelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kleise, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pérciles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. FLORISVALDO FIER (Para Discutir) - Só gostaria de chamar a atenção da Mesa para correção, o Requerimento rejeitado foi da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Eu vou fazer a correção, mas é que consta na minha Ata, e me perdoe, como o Deputado Angelo Vanhoni foi o primeiro a assinar, mas tem a assinatura de S.Exª. Deputado Rosinha, e dos demais Deputados. Então, eu só disse Deputado Vanhoni, mas fica registrado que é da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Em discussão. Em votação a Ata. Ata APROVADA.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 012/97.

Curitiba, 23 de abril de 1997.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo contratar operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal, até o montante equivalente a US\$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América do Norte), para execução do Programa de Modernização da Administração Tributária e Financeira, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

A Secretaria de Estado da Fazenda, através da Coordenação da Administração Financeira do Estado - CAFE e da coordenação da Receita do Estado - CRE, executa o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle e a orientação normativa dos sistemas estadual financeiro e de

tributação.

Visando promover uma reestruturação organizacional e física, na sua base tecnológica, disponibilização de equipamentos de apoio e principalmente qualificação do quadro de pessoal, pretende através do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros, obter os recursos necessários à implementação do projeto.

Dentre as atividades essenciais da SEFA, na Coordenação da Administração Financeira do Estado, estão a análise e avaliação permanente da economia do Estado, e formulação e execução da política econômica e financeira, a dívida pública e a contabilidade geral. Para acompanhar todo avanço tecnológico e interatividade na obtenção de dados e resultados, inclusive de todos os Órgãos da Administração Indireta, há necessidade de aquisição de equipamentos de informática e de treinamento de pessoal.

Na área fiscal, a reestruturação e modernização dos sistemas informatizados permitirão a racionalização e modificação de procedimentos de atendimento aos contribuintes, com maior agilidade e flexibilidade.

Em razão da urgência e do relevante interesse público de que é revestida a matéria, solicito seja apreciada durante o atual período de convocação extraordinária dessa Assembléia Legislativa.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER.

Governador do Estado.

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal, até o montante equivalente a US\$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América do Norte), para execução do Programa de Modernização da Administração Tributária e Financeira, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 2º - Para garantia das operações de que trata a presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer as cotas-partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto nos artigos 155, 157 e 159, incisos I, alínea "a" a II, da Constituição Federal, observadas as suas vinculações.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 13/97

Curitiba, 23 de abril de 1997.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a subscrever aumento de capital social do banco do Estado do Paraná S.A. - BANESTADO, até o montante de R\$ 11.801.000,00 (onze milhões, oitocentos e um mil reais).

O Governo do Estado do Paraná, sempre preocupado em atingir seus objetivos institucionais, dentre os quais se destaca o atendimento à população paranaense, no que diz respeito ao segmento financeiro, necessita efetuar aumento de capital junto ao Banco do Estado do Paraná S.A.

A par das conhecidas necessidades e vantagens do ingresso de recursos, via subscrição de ações, dentre as quais se destacam a alavancagem financeira do Banco do Estado do Paraná S.A. e de suas Empresas Coligadas e Controladas, com a conseqüente ampliação das margens operacionais, fatores condicionantes de crescimento e solidificação do fluxo de rentabilidade, visando à continuidade do crescimento e do desenvolvimento do setor Financeiro Estadual.

Ainda, com a implantação do Acordo de Basiléia pelo Banco Central do Brasil, foram criados novos parâmetros de avaliação das instituições financeiras, o que exige sua maior capitalização, visando ajustar a estrutura de Patrimônio Líquido com a estrutura de seus Ativos Financeiros, faz-se necessário e oportuno aumentar o Capital Social do Banco do

Estado do Paraná S.A no montante de até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), cabendo ao Governo do Estado do Paraná subscrever 47,204% deste montante, isto é, R\$ 11.801.000,00 (onze milhões, oitocentos e um mil reais), permanecendo o Governo do Estado com a mesma participação societária atual.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a subscrever aumento de capital social do Banco do Estado do Paraná S.A. - BANEESTADO, até o montante de R\$ 11.801.000,00 (onze milhões, oitocentos e um mil reais).

Parágrafo Único - No cumprimento desta lei, o Poder Executivo subscreverá as ações de forma a manter a participação acionária atual do Estado junto ao Banco do Estado do Paraná S.A.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos oriundos de dividendos pagos pela própria instituição para o cumprimento desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

#### Ofícios:

#### OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/054, 055 e 056/97, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

154/97: De autoria do Deputado Anibal Khury que, concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Doutor João Elísio Ferraz de Campos, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.709. Anote-se - Arquive-se.

033/96: De autoria do Deputado Reny Borsatto que, autoriza o Poder Executivo a doar a área de terreno que especifica, ao Município de Jacarezinho, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.710. Anote-se - Arquive-se.

032/96: De autoria do Deputado Reny Borsatto que, autoriza o Poder Executivo a doar a área de terreno que especifica, à Prefeitura Municipal de Jacarezinho, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.711. Anote-se - Arquive-se.

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 840

Senhor Presidente,

O Deputado que esta subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de sessões extraordinárias, logo após a presente sessão ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 28.04.97.  
(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 823

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da emenda de Plenário apresentada em 10 de dezembro de 1996, ao Projeto de Lei nº 487/96, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que dá nova

estrutura ao quadro de servidores da Secretaria do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 820

Senhor Presidente,

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente contendo votos de pesar ao Deputado Federal Flávio Arns e ao Reverendíssimo Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns, extensivo aos demais familiares pelo falecimento do Professor Osvaldo Arns, pai e irmão das autoridades acima citadas.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) RENY BORSATTO

#### JUSTIFICATIVA:

O Professor e Educador Osvaldo Arns foi professor de Língua e Literatura Grega da Universidade Federal do Paraná e lecionou Latim e Teoria da Literatura na Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC, instituição da qual foi Reitor por três mandatos (12 anos). Embora não tenha seguido a carreira religiosa abraçada por cinco dos treze irmãos - entre eles o Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns, e a coordenadora nacional da Pastoral da Criança, Zilda Arns, passou seis anos no Seminário Seráfico de Rio Negro no Paraná e estudou em um colégio de religiosos na Holanda.

De volta ao Brasil, formou-se em Letras pela então Universidade Católica do Paraná e iniciou a carreira de professor. Foi Diretor do Instituto Goethe de Curitiba. A carreira de professor universitário e de colégios de Curitiba se tornou uma referência no Paraná, ele foi convidado a assumir o cargo de Diretor de Educação, o mais importante da Secretaria de Estado da Educação na década de 70, e foi também membro do Conselho Estadual de Educação.

#### REQUERIMENTO Nº 827

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de pesar aos familiares do Professor Osvaldo Arns, pelo falecimento ocorrido em 27/04/97, nesta Cidade de Curitiba, deixando profundo pesar na família, ex-alunos e demais amigos.

Requer, outrossim, seja dado ciência desta decisão à família, no seguinte endereço: Av. Cândido de Abreu, 526, conj. 711-B, Centro Cívico, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) CÉSAR SELEME

#### JUSTIFICATIVA:

O Professor Osvaldo Arns, que durante 12 anos exerceu o cargo de Reitor da Pontifícia Universidade Católica, foi também durante 45 anos professor da UFPR e por 38 anos no Colégio Estadual do Paraná, dedicando sempre todo o seu tempo precioso ao ensino; foi ainda Diretor Geral da Secretaria Estadual de Educação e Presidente do Conselho de Educação do Estado do Paraná, durante 12 anos. Era pai do Deputado Federal Flávio Arns.

#### REQUERIMENTO Nº 847

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência à família do Senhor Donizete Amancio dos Santos, manifestando votos de pesar pelo seu falecimento, ocorrido no dia 27 de abril de 1997.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) EDGAR BUENO

Apoiamento: Sâmis da Silva.

#### JUSTIFICATIVA:

O jornalismo do Paraná teve uma grande perda no dia 27 de abril deste ano. Morreu em Medianeira, em trágico

acidente automobilístico, um dos mais brilhantes profissionais da imprensa paranaense, o Diretor do Jornal "Mensageiro", Donizete Amancio dos Santos.

Donizete Amancio dos Santos, nascido em 12/05/56, deixa esposa e filhos, e um enorme vazio em todos aqueles que o conheciam.

Por isso esta homenagem da Assembléia Legislativa a um homem que deixou um grande exemplo de honestidade, seriedade, humanidade e companheirismo.

#### REQUERIMENTO Nº 824

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER registro nos anais da presente sessão da fundação da União da Moradia Popular do Paraná - UMP, em Congresso Estadual realizado na Cidade de Arapongas, no dia 27 de abril de 1997, evento que contou com a presença de lideranças dos movimentos de moradias de todas as regiões do Paraná, somando mais de trezentos participantes.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio do presente, devidamente aprovado à diretoria eleita no evento citado, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) LUIZ CALUDIO ROMANELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Foram mais de 300 lideranças de mutuários do Sistema Financeiro de Habitação e de sem teto, reunidos no I Congresso Da União por Moradia Popular do Paraná, na Cidade de Arapongas, no dia 27 de abril de 1997, que fundaram a União por Moradia Popular do Paraná, entidade que vem para organizar e mobilizar os movimentos pelo direito a moradia popular no Estado.

O evento contou com uma representação da União nacional por Moradia Popular (São Paulo), entidade com 10 anos de trabalhos dedicados a pesquisa e construção de unidades habitacionais através de mutirões, autogestão e cooperativas de trabalhadores.

26 representações municipais estiveram presente ao evento: Apucarana, Arapongas, Alto Piquiri, Araucária, Cambé, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Campo Largo, Maringá, Mandaguari, Nova Londrina, Palotina, Paranaguá, Paçandu, Santa Isabel do Ivaí, Rolândia, Telêmaco Borba, Umuarama, Toledo, Londrina, Curitiba, Ponta Grossa, Sarandi, São Miguel do Iguaçu, Santo Antonio da Platina e Nova Esperança.

A União por Moradia do Paraná, surge no momento em que a Caixa Econômica Federal no Estado, vêm agindo com todo rigor da lei, na tentativa de receber dívidas de famílias que tiveram ao longo do tempo defasagem salarial e elevação desenfreada dos valores das prestações e saldo devedor dos imóveis, transformando assim milhares de famílias em inadimplentes e candidato a fila dos sem teto.

#### Diretoria da União por Moradia Popular do Paraná

- 1 - Coordenador Geral: Roland Rutyna - Curitiba
- 2 - Coordenador Administrativo: Mário Bacelar Filho - Curitiba
- 3 - Coordenador Financeiro: Carlos Juarez Klaus - Toledo
- 4 - Coordenador Jurídico: Doutora Marillac Amorim - Maringá
- 5 - Coordenador de Formação Política: Geversson Tramon-tim - Ponta Grossa
- 6 - Coordenador de Mobilização e Comunicação: Maria Adelaide Oliveira - Arapongas
- 7 - Coordenador de Relações Políticas: Artur Apóstolo de Oliveira Neto - Londrina
- 8 - Coordenador da Região Sul: Milton Teixeira - Telêmaco Borba
- 9 - Coordenador da Região Norte: Vergínia Mara Pedroso - Arapongas
- 10 - Coordenador da Região Sudoeste: Adelar Thomé -

Francisco Beltrão

11 - Coordenador da Região Oeste: Edom Braz Jorge - Foz do Iguaçu

#### Conselho Fiscal:

Presidente: Aurita Bertoli - Apucarana

Secretário: José Romero Sintra - Umuarama

Membros: Silvio Dias - Nova Londrina

Jorge Dutra - Maringá

Ivomil Roberto da Silva - São Miguel do Iguaçu

Zauri Fernandes Pereira - Campo Largo

Aluiz Sebastião da Silva - Arapongas

Suplentes: José Marinho - Cambé

Cesar Matos - Santa Isabel do Ivaí

Luiz Pinto - Sarandi

José Alves - Rolândia

#### REQUERIMENTO Nº 825

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos em Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos à Vereadora Eunice Fillus, por ser a primeira mulher a ser eleita Vereadora e Presidente da Câmara de Vereadores do Município de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) CÉSAR SELEME

#### JUSTIFICATIVA:

A Vereadora Eunice Fillus, mãe de família exemplar, esposa dedicada, líder comunitária desde muitos anos, defensora da causa em prol da população mais carente daquele município, vem desenvolvendo um programa audacioso como Vereadora e Presidente do Legislativo São-mateense, que irá perpetuar-se na memória da comunidade por ser a primeira mulher a ocupar estes cargos públicos naquele município.

#### REQUERIMENTO Nº 826

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos em Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos a Vereadora Eliane Dandoline Felipe, por ser a primeira mulher a exercer o cargo de Presidente da Câmara Municipal do Município de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) CÉSAR SELEME

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Santa Isabel do Ivaí, já teve entre seus representantes no legislativo duas mulheres eleitas para exercerem o cargo de Vereadoras, mas não teve ainda a alegria e felicidade de contar com uma representante feminina na Presidência da Câmara de Vereadores, cargo este hoje ocupado brilhantemente pela capacitadíssima Vereadora Eliane Dandoline Felipe, que vem conduzindo os trabalhos desta Casa de Leis, com habilidade e seriedade.

#### REQUERIMENTO Nº 829

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Paulo de Tarso e Ísis Sanson Monti Serrati que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda

mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 830

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Tereza Calhari e Gabriel Canestraro que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 846

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada mensagem de cumprimentos ao Jornal Hoje, de Cascavel, pela passagem, no dia 1º de maio, de seus 20 anos de fundação, e pelo dia do trabalhador, parabenizando seus funcionários.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) EDGAR BUENO

Apoiamento: Sâmias da Silva.

#### JUSTIFICATIVA:

Tradicional Jornal de Cascavel, o "O Hoje" é fonte segura de informações para toda a população do Oeste paranaense. Representa um jornalismo sério, digno e responsável, que deve ser exaltado ao completar duas décadas de existência.

#### REQUERIMENTO Nº 848

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER à consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de louvor e manifestações de regozijo à Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público - APIESP, pelo excelente resultado obtido pelas Entidades Públicas de Ensino Superior no Exame Nacional de Cursos - "Provão" - promovido pelo Ministério da Educação e do Desporto - MEC.

Requer ainda, que da decisão do Plenário se dê ciência ao Senhor Roberto Frederico Merhy - Mui Digno Presidente da APIESP à Rua Cruz Machado nº 66 - 10º andar - Curitiba/PR - CEP: 80.410-170.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) JOEL COIMBRA

#### JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento de todos as dificuldades porque passam as Universidades Públicas de nosso Estado.

O Ministério da Educação e do Desporto - MEC, divulgou no último dia, em Brasília, o resultado do Exame Nacional de Cursos - "Provão", que coloca as Universidades do Paraná entre as melhores do País.

Considerando-se os resultados obtidos, é mister dizer

que a avaliação feita pelo Ministério da Educação e do Desporto - MEC, deve ser festejada por todos nós, pela importância que isso reflete à nossa sociedade.

Por isso, pela luta e a tradição que simboliza essa associação, é que solicitamos manifestações de regozijo e louvor aos seus Diretores e funcionários.

#### REQUERIMENTO Nº 849

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER à consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de louvor e manifestações de regozijo à Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro - Jacarezinho, pelo excelente resultado obtido no Exame Nacional de Cursos - "Provão", do Ministério da Educação e do Desporto - MEC. Requer ainda, que da decisão do Plenário se dê

Requer ainda, que da decisão do Plenário se dê ciência ao Senhor José Lázaro Boberg - Mui Digno Diretor da FUNDINOPI, à Av. Manoel Ribas, 711 - Jacarezinho/PR - CEP. 86.400-000.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) JOEL COIMBRA

#### JUSTIFICATIVA:

As instituições de ensino superior do Paraná estão entre as melhores do País.

Este é um dos principais dados do resultado do Exame Nacional de Cursos - "Provão", que o Ministério da Educação e do Desporto - MEC, divulgou no último dia 25, em Brasília.

De acordo com a avaliação do MEC, a região sul teve o melhor desempenho de todo o País, em três áreas avaliadas.

A Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro - Jacarezinho, conseguiu o conceito máximo, engrandecendo o trabalho desenvolvido pelos educadores públicos.

É portanto, motivo de grande júbilo para todos os paranaenses o resultado obtido pela Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro. A este júbilo o Poder Legislativo se associa como representante do povo, congratulando-se com a sua Direção, e seu corpo de profissionais e funcionários, como atestado de que o sucesso é fruto de trabalho e da competência administrativa.

#### REQUERIMENTO Nº 850

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER à consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de louvor e manifestações de regozijo à Universidade Estadual de Maringá - UEM, pelo excelente resultado obtido no Exame Nacional de Cursos - "Provão" - do Ministério da Educação e do Desporto - MEC, em especial, no curso de Engenharia Civil.

Requer ainda, que da decisão do Plenário se dê ciência ao Magnífico Reitor Professor Luiz Antonio de Souza.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) JOEL COIMBRA

#### JUSTIFICATIVA:

As instituições de ensino superior do Paraná estão entre as melhores do País.

Este é um dos principais dados do resultado do Exame Nacional de Cursos - "Provão", que o Ministério da Educação e do Desporto - MEC, divulgou no último dia 25, em Brasília.

De acordo com a avaliação do MEC, a região sul teve o melhor desempenho de todo o País, em três áreas avaliadas.

A Universidade Estadual de Maringá - UEM, foi a única do Estado a conseguir o conceito máximo no Curso de Engenharia Civil, engrandecendo o trabalho desenvolvido pelos educadores públicos.

É portanto, motivo de grande júbilo para todos os paranaenses o resultado obtido pela Universidade Estadual de Maringá. A este júbilo o Poder Legislativo se associa como representante do povo, congratulando-se com a sua Direção, e seu corpo de profissionais e funcionários, como

atestado de que o sucesso é fruto de trabalho e da competência administrativa.

#### REQUERIMENTO Nº 851

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER à consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de louvor e manifestações de regozijo ao Departamento de Engenharia da Universidade Estadual de Maringá - UEM, pelo excelente resultado obtido no Exame Nacional de Cursos - "Provão" - do Ministério da Educação e do Desporto - MEC, no curso de Engenharia Civil.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) JOEL COIMBRA

#### JUSTIFICATIVA:

As instituições de ensino superior do Paraná estão entre as melhores do País.

Este é um dos principais dados do resultado do Exame Nacional de Cursos - "Provão", que o Ministério da Educação e do Desporto - MEC, divulgou no último dia 25, em Brasília.

De acordo com a avaliação do MEC, a região sul teve o melhor desempenho de todo o País, em três áreas avaliadas.

A Universidade Estadual de Maringá - UEM, foi a única do Estado a conseguir o conceito máximo no Curso de Engenharia Civil, engrandecendo o trabalho desenvolvido pelos educadores públicos.

É portanto, motivo de grande júbilo para todos os paranaenses o resultado obtido pela Universidade Estadual de Maringá. A este júbilo o Poder Legislativo se associa como representante do povo, congratulando-se com a sua Direção, e seu corpo de profissionais e funcionários, como atestado de que o sucesso é fruto de trabalho e da competência administrativa.

#### REQUERIMENTO Nº 828

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Araucária, no sentido de atender o pedido dos usuários que faz a linha Triar, que sai da rodoviária de Araucária e vai até a Vila Angélica, os quais solicitam mais carros nessa linha, nos domingos e feriados. Afirmam eles que nesses dias não têm como se locomover e infelizmente estão sendo muito prejudicados.

Sala das Sessões, em 28.04.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 831

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Vila III Pinheiros - Santa Felicidade, os quais solicitam policiamento ostensivo na Rua A e proximidades, uma vez que nesse local bêbados e drogados ficam perturbando as pessoas ininterruptamente, ou seja, 24 horas por dia. Os moradores encontram-se apreensivos e tem medo até de sair de suas casas. As crianças não podem nem brincar com seus amiguinhos, pois o perigo é muito. Não se pode dormir, pois à noite toda os bêbados ficam fazendo gritarias e algazarras. A presença de policiais com certeza proporcionará uma maior segurança pra toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 28.04.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 832

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido dos moradores da Vila Perneta, os quais solicitam a colocação de

lombadas na rua Jandaia do Sul proximidades do nº 784 e do Supermercado Parati. O movimento e a alta velocidade dos veículos é muito grande nessa rua, ocorrendo acidentes com freqüência. A lombada solicitada com certeza tornará o local menos perigoso.

Sala das Sessões, em 28.04.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 833

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Vargem Grande, os quais solicitam a troca da lâmpada do poste localizado em frente ao nº 1184 da Rua Antonio Gonçalves. Pedem também uma fiscalização quanto aos cavalos que ficam soltos na citada rua e proximidades. O problema ocasionado por eles é muito delicado, uma vez que destroem tudo que encontram pela frente e ainda causam transtornos no trânsito. Providências imediatas necessitam ser tomadas a fim de deixar os moradores menos apreensivos.

Sala das Sessões, em 28.04.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 834

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Guatupê - Jardim 84, os quais solicitam a abertura das Ruas Cinco, Dois e João Neto. Segundo eles, essas ruas são fechadas, repletas de mato e servem de esconderijo para desocupados, causando muitos transtornos e dificuldades no dia-a-dia da população. Os moradores pedem urgência no atendimento do presente uma vez que eles estão muito apreensivos.

Sala das Sessões, em 28.04.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 835

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores da Vila Guarani, os quais solicitam passagem da carrocinha na Rua Cruz de Souza, tendo em vista que no local há muitos cachorros soltos que atacam as pessoas, principalmente as crianças. Pedem urgência no atendimento do presente, a fim de se evitar algum acontecimento mais grave.

Sala das Sessões, em 28.04.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 836

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Quatro Barras, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Elisa dos Santos, residente na Rua Antônio Andreatta nº 40 - Centro, a qual solicita alguns caminhões de terra para aterrar o seu terreno, uma vez que ela quer posteriormente construir uma residência. Afirmamos a Sra. Maria Elisa que essa Prefeitura proporciona esse tipo de benefício aos munícipes pelo qual faz tal pedido. Informações complementares, se necessárias, podem ser obtidas com a requerente pelo telefone 772-1220.

Sala das Sessões, em 28.04.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 837

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Ple-



nário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Quatro Barras, no sentido de atender o pedido da Sra. Leci Terezinha dos Santos, residente na Rua Antônio Andreatta nº 26 - Centro, a qual solicita a abertura de uma valeta em frente a sua residência, tendo em vista que ela quer construir um muro, porém bem na divisa de seu terreno existem canos de água, os quais necessitam ser retirados pela SANEPAR. Afirma-nos a Sra. Leci que entrou em contacto com a SANEPAR e esta lhe informou que deveria solicitar a essa municipalidade a abertura de uma outra valeta para que os canos possam ser removidos. Informações complementares, se necessárias, podem ser obtidas com a requerente pelo telefone 772-1220 (recados).

Sala das Sessões, em 28.04.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 838

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da moradora da Rua E - Casa 68 - Vila Luana - Bairro CIC, a qual solicita a implantação dos serviços de entregas de correspondências nesse local. Se não for possível, que pelo menos seja colocada uma caixa nas proximidades para ser utilizada pela comunidade. Muitas serão as pessoas beneficiadas com o atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 28.04.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 839

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria de Fátima Manske, residente na Rua Aroeira nº 29 - Bairro Tanguá - Município de Almirante Tamandaré, a qual solicita a implantação de rede de distribuição de energia elétrica pública nessa rua. Afirma-nos que já existem os postes, faltando somente a rede. Informações complementares, se necessárias, podem ser obtidas com a requerente pelo telefone 338-2986. Será um grande benefício para toda a comunidade o atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 28.04.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 841

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente à Sra. Fani Lerner, Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a liberação de recursos financeiros para o Asilo Santa Rita do Município de Irati.

Trata-se de instituição beneficente, que enfrenta dificuldades para se manter em regime de internato, e prestar assistência a 72 pessoas idosas carentes de ambos os sexos, sem qualquer tipo de amparo por parte dos familiares, sendo que muitos destes idosos sequer possuem família.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 842

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Domingos Tarço Murta Ramalho, Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, para reiterar a solicitação de instalação de um Posto do BANESTADO no Município de Guamiranga.

Guamiranga é um município novo, criado pela Lei nº 11.203 de 16 de novembro de 1995, desmembrado do Município de Imbituva, estando portanto, na sua primeira administração, que espera do BANESTADO a sua parcela de

contribuição.

No município, não há nenhum banco, o que causa enormes transtornos à sua população, motivo pelo qual insistimos no pedido que retrata o anseio daquela população, que tem que se deslocar para outros centros para qualquer atendimento bancário.

Está é uma reivindicação do povo do município.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) TOTI COLAÇO.

#### REQUERIMENTO Nº 843

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de medicamentos aos Postos de Saúde e Hospital do Município de Teixeira Soares.

A presente solicitação visa suprir a falta de medicamentos nos locais de atendimento médico, oferecer condições de tratamento às pessoas carentes que não possuem nenhuma condição financeira para realizar um tratamento de saúde, devido o alto custo dos medicamentos.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) TOTI COLAÇO.

#### REQUERIMENTO Nº 844

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado do Governo, solicitando da CIA de Saneamento do Paraná - SANEPAR cópia do relatório da Comissão de Inquérito Administrativo instaurado na Gerência Regional de Cascavel em fevereiro do corrente ano, sobre desvio administrativo, que resultou na demissão dos funcionários Leonardo Carneiro e Oswaldo Campanha e na suspensão de Maria Fussula e Jurandir Rodrigues de Moraes.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) PÉRICLES DE MELLO.

JUSTIFICATIVA:

Este parlamentar necessita de cópia do referido inquérito para analisá-lo e se posicionar a respeito do mesmo.

Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 178/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Menino Jesus - ABEMJE, com sede no Município de São João do Caiuá e foro no Município de Alto Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.04.97

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente Menino Jesus - "ABEMJE" de São João do Caiuá, fundada em 06 de abril de 1984, é constituída por um número ilimitado de associados, tratando de uma entidade de caráter beneficente, com duração indeterminada, sem fins lucrativos sem distinções políticas ou raciais e condições sociais.

São os objetivos da Associação: promover o bem estar individual ou familiar sem distinções políticas, religiosas ou raciais, prestando assistência moral e material, entre outros serviços prestados a comunidade.

Tendo em vista os motivos supra citados contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

#### PROJETO DE LEI Nº 179/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e

foro no Município de Itaúna do Sul.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) WALMOR TRENTINI.

#### JUSTIFICATIVA:

A APAE de Itaúna do Sul, é uma sociedade civil filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, tendo foro e sede em Itaúna do Sul.

São os objetivos da APAE: promover medidas de âmbito municipal que visem assegurar o ajustamento e o bem estar dos excepcionais, entre outros serviços prestados.

Tendo em vista os motivos supra citados contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

#### PROJETO DE LEI Nº 180/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECERTA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Cafelândia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) EDGAR BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

A APMI tem como função a nobre tarefa da proteção e assistência à maternidade, à infância e à adolescência em geral, promovendo o auxílio às crianças, adolescentes e gestantes reconhecidamente nobres.

Proporciona também a recreação e educação de crianças cujas mães trabalham fora do lar e de crianças órfãs e abandonadas.

As futuras mães é dada toda a instrução necessária no que se refere à saúde e alimentação do bebê, reservando-se especial atenção no preparatório pré-natal.

Atua na proteção, tratamento e educação de crianças com deficiências físicas, mentais e sociais.

É pela nobreza das atividades exercidas pela APMI que solicito aos nobres pares a aprovação do presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 181/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Programa Almoço na Escola, no Estado do Paraná, objetivando proporcionar aos professores e funcionários uma alimentação saudável, nos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual.

Art. 2º - O Governo do Estado do Paraná, através da FUNDEPAR, será o órgão responsável pelo encaminhamento dos gêneros alimentícios necessários para efetivação satisfatória do almoço na Escola.

Art. 3º - Os estabelecimentos de Ensino que adotarem o almoço na Escola, deverão fazer todo início de ano, levantamento de quantos funcionários e professores irão participar do almoço e encaminhar à FUNDEPAR.

Art. 4º - Os participantes inscritos no programa deverão apresentar comprovante de residência, sendo confirmada sua inclusão no programa quando:

a - A distância do estabelecimento de Ensino é a residência for superior a 3 Km;

b - funcionários que percebem como remuneração valor inferior a 2 salários mínimos.

Art. 5º - A FUNDEPAR terá a função de elaborar cardápio mensal e enviar a alimentação necessária de acordo com o número de participantes, a cada estabelecimento cadastrado.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposta tem a intenção de aproveitar a

estrutura disponível existente nos estabelecimentos de Ensino na Rede Pública, que é utilizado para fazer a merenda dos alunos e proporcionar aos professores e funcionários a possibilidade de uma refeição saudável no ambiente de trabalho, pois a maioria destes trabalham 8 (oito) horas diárias, no caso específico de professores, alguns chegam a trabalhar em três períodos (manhã, tarde e noite) e perdem boa parte do tempo para ir em suas casas almoçar ou acabam improvisando qualquer alimentação na escola, devido a distância entre sua residência e a escola.

Portanto, o Programa Almoço na Escola, tem como objetivo resgatar a necessidade de uma alimentação de qualidade, além de possibilitar maior afinidade entre funcionários e professores e, conseqüentemente gerar motivação na busca pela eficiência, qualidade e produtividade na educação.

Neste sentido, solicitamos o apoio dos Nobres Pares com assento nesta Casa, ao Projeto de Lei que ora apresentamos.

#### PROJETO DE LEI Nº 182/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Todos os animais caninos deverão permanecer nos limites da propriedade do seu proprietário, não podendo circular pelas ruas soltos, somente acompanhado de seu proprietário preso por coleiras e focinheiras no caso de cão considerado agressivo.

Art. 2º - Os proprietários de cães deverão afixar em local visível, placa de advertência quanto da existência de "cão bravo" no local, (casa, comércio, chácara, etc.)

Parágrafo Único - Os cães considerados perigosos somente poderão permanecer soltos no limite da área do proprietário se não houver a possibilidade do mesmo fugir, em caso contrário deverão permanecer presos em canil ou em segurança absoluta.

Art. 3º - As vítimas de ataques de cães, que ocorram por negligência e irresponsabilidade do seu proprietário, terão todas as despesas médicas hospitalares e remédios custeados pelo proprietário do cão bem como, indenização pelos dias de trabalho não remunerados.

Art. 4º - Os cães que forem capturados nas ruas, serão recolhidos ao canil municipal e para reavê-lo o proprietário do cão deverá preencher cadastro e pagar a importância de 20% (vinte por cento) do salário mínimo e em caso de reincidência, o valor da multa será de 30% (trinta por cento) do salário mínimo.

Art. 5º - O proprietário de canil de criação de raças consideradas agressivas deverá, obrigatoriamente, ter seguro de responsabilidade civil para cobrir despesas médicas para cobrir possíveis ataques dos animais, tanto no interior como fora do estabelecimento.

Art. 6º - Ficará o proprietário de cachorros responsável pela aplicação da vacina contra raiva no animal, devendo ser emitido comprovante que deverá permanecer em poder do proprietário do cão, para resguardo de uma possível consulta.

Art. 7º - Ficarão as Prefeituras Municipais responsáveis pelo cumprimento da presente lei, sendo que nos municípios em que for constatada falta de estrutura municipal para a aplicação desta, a responsabilidade passará para a Secretaria de Estado da Saúde, através da Vigilância Sanitária.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará a aplicação da presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 9 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.04.97.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa tem como objetivo dispor de normas de segurança aos proprietários de animais caninos, considerando a grande existência de ataques violentos de cães, vitimando pessoas não informadas do perigo que representa o animal, e muitas vezes o ataque acontecendo por negligência do proprietário em não tê-lo em lugar seguro.

Portanto, a aplicação destas normas servirá de alerta aos proprietários, quanto aos cuidados com a segurança e



manutenção do animal, proporcionando e contribuindo para o bem-estar da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Finda a leitura do Expediente, passo a palavra no Pequeno Expediente ao Deputado Renato Adur, 1º Orador inscrito.

O SR. RENATO ADUR - \_ Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós observamos no Jornal o Estado do Paraná na sexta-feira passada, uma publicação de uma matéria a pedido, onde o título era "Atentados contra a economia do Paraná".

Nessa matéria há um veemente protesto contra o Senador Roberto Requião, aonde a cada dia se registra mais casos que atinge em cheio a economia do Paraná. A começar pelo orçamento da União, que ano após ano discrimina o nosso Estado, deixando de repassar verbas, programas indispensáveis ao nosso desenvolvimento, aos interesses po-

líticos que sobrepõem aos interesses maiores da Sociedade Paranaense.

Um dos exemplos mais contundentes, é o do Senador Roberto Requião, que paranaense, insiste no Senado em impedir a aprovação de um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, destinado aos programas que irão melhorar a vida de milhares de famílias, agricultores e a situação de centenas no Município do Paraná.

Portanto, é uma matéria a pedido, uma matéria paga que está nos jornais, principalmente o Jornal o Estado do Paraná e que era reprodução do Editorial Indústria e Comércio do dia 23/04/97. Coincidentemente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, no mesmo Jornal, na mesma página exatamente na parte superior, nós encontramos o discurso do Senador Osmar Dias, que desmente essa matéria publicada no Jornal o Estado do Paraná, matéria paga a pedido. Gostaria aqui de transcrever, ler essa matéria aos Senhores Parlamentares:

## Osmar muda discurso e faz críticas a Lerner

Depois de um período de convivência relativamente amistosa com o Palácio Leoni, o senador Osmar Dias (PSDB) voltou a fazer críticas severas ao governo João Lerner. Ontem, o senador classificou como "um escândalo" o empréstimo que o governo do Estado acertou com a Renault no Brasil para instalar a fábrica de automóveis em São José dos Pinhais.

Lembrando que a empresa francesa publicou no Diário Oficial do Paraná que firmou protocolo com o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná para receber recursos a título de empréstimo, com prazo de pagamento em dez anos, sem juros ou atualização monetária, o senador provocou a imprensa. A Renault está recebendo a fábrica de graça. Segundo ele, se houver inflação nos próximos dez anos, a montadora francesa não pagará qualquer correção monetária. O crescimento do governo do Estado gastou no ano passado 25 mil milhões em publicidade, e a Renault é a única que não pagou nada.

### Recuo

Com relação ao programa "Paraná 12 Meses", a posição do senador lucano já não demonstra nenhuma boa vontade com o governo estadual. Osmar Dias disse que vai esperar uma resposta ao requerimento aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do senador Roberto Requião, solicitando informações sobre o acordo com a montadora francesa.

"Sem as informações solicitadas, não colocarei o relatório para ser votado, porque esse dinheiro empregado na Renault está fazendo falta ao Estado, que hoje consome mais de 80% das receitas líquidas com a folha de pessoal, coisa que historicamente nunca ocorreu", comentou Dias.

E foi mais longe, declarando que o governo tivesse a mesma liberdade e generosidade com os agricultores e os empresários que investiram ou desejam investir no Paraná. "Essa liberdade vai fazer falta no desenvolvimento do Estado e no bem-estar da população", afirmou.

Com relação ao Programa Paraná 12 Meses, não vou entrar no mérito da questão, do Senador com o governo, na questão da Renault. Só quero aqui ressaltar a disparidade, entre uma matéria pagatendenciosa, e um pronunciamento do Senador Osmar Dias, que diz:

Portanto, não cabe aqui crítica nenhuma, nós queremos aqui fazer uma defesa, de que está sendo orquestrada uma contra o Senador Roberto Requião, como se ele fosse o causador de não vir verbas para o Estado do Paraná. O Senador Roberto Requião não é contra, nunca foi, nunca será contra vir dinheiro para o Paraná, muito menos também, o Senador Osmar Dias. O que se quer, naturalmente, é que um pedido formalizado pelo Senador, um Requerimento formalizado na Comissão do Senado seja apresentado pelo Governo do Estado, e eu não vejo nada demais nisso. A transparência do Governo do Paraná, não permite que se segure, que se tranque informações dessa natureza. Quero fazer um apelo ou Deputado Rossoni ao líder do Governo, para que essas informações esclarecidas ao Senado nenhum Senador será contra a vinda de recurso ao Estado do Paraná.

O SR. EDSON LINO - Pela Ordem Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pela Ordem, concedo a palavra ao ilustre Deputado Edson Lino.

O SR. EDSON LINO (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença entre nós do Vereador de Cândia de Abreu João Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente associada pela Mesa Executiva a presença do ilustre Vereador João Garibaldi do nosso querido Município de Cândia de Abreu.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Dr. Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente e Senhores Deputados, na tarde de ontem a imprensa a nível nacional, traz novos fatos a respeito de conflitos agrários em nosso País e mais especificamente, neste caso no Município de Tamarana Município recém-criado, próximo a Cidade de Londrina. Nós entendemos que em cada conflito desse existem pessoas responsáveis por isso, e a maior responsabilidade cabe aos nossos governantes que têm agido de maneira inoperante. Têm sido omissos na questão dos esclarecimentos para colocar fim aos conflitos agrários em nosso país. A principal razão de tantos conflitos é a impunidade. Milhares de mortes têm ocorrido em nosso país desde o seu descobrimento por conflitos agrários e são raríssimos, - não deve chegar a uma dezena - os condenados por esses conflitos. Em Tamarana, o caso não é um caso isolado. Nós queremos chamar a atenção. É um caso que vem no contexto da organização da UDR no nosso país. Temos chamado a atenção para isso. A UDR tem se organizado e tem se armado e contratado jagunços e esses conflitos têm aumentado. No sábado, para domingo, cerca de seis jagunços invadiram uma ocupação no Município de Cruzeiro do Sul e queimaram barracos dos sem-terra.

No sábado à tarde, jagunços expulsaram os sem-terra que estavam acampados há sete meses numa fazenda em Tamarana. Os sem-terra foram até uma delegacia de polícia registrar queixa e não foi feita nenhuma investigação, por essa expulsão por parte da polícia civil. Não foi feita nenhuma ação de prevenção por parte da polícia militar, para que o conflito não se agravasse, o que veio ocorrer no domingo pela manhã, onde no domingo pela manhã, no conflito, morreu um que é acusado por parte dos sem-terra, de jagunço. Essa morte poderia ser evitada se o governo federal agisse com maior responsabilidade na questão agrária, se justiça houvesse nesse país e se o nosso governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública fosse mais eficiente para acionar a sua polícia, no sentido de prevenir o agravamento dos conflitos e no caso específico, esse de Tamarana.

Ontem, às duas horas da tarde, recebo telefonema de

Londrina, do Deputado Paulo Bernardo que diz que até aquela hora, já com duas pessoas feridas e um morto, a polícia militar não tinha feito nenhuma ação de prevenção. Liguei ao responsável, Capitão Tortatto, tirando-o do sossego da sua casa, por cerca de 14:30 h. da tarde de ontem, para dizer a ele, ele que estava no comando do policiamento do interior, se ele sabia de algum conflito em Tamarana. Disse o capitão Tortatto que não sabia e eu disse a ele que tinha que ser feita a prevenção para evitar mais mortes, independente de que lado fossem essas mortes, e a partir daí é que eu acredito que a polícia militar deve ter se deslocado até a localidade, para fazer ações de prevenção quando já deveria ter ido com 24 horas de antecedência, quando um membro do movimento dos sem-terra foi até a delegacia de polícia de Tamarana fazer a denúncia, de que tinham sido despejados por jagunços. Apesar de não existir uma ordem judicial e quem teria que cumprir uma ordem seria o governo do Estado e não jagunços, a mando dos fazendeiros e da UDR e aí, esse conflito, com mais uma morte no nosso Estado, poderia ter sido evitado se tivesse agilidade dos órgãos competentes no sentido de agir com prevenção, uma vez que ainda estão sendo feitos os levantamentos do INCRA. Está certo o governo em não fazer o despejo, porque enquanto o INCRA não se manifesta, não deve fazer esse despejo, mas está errada a Secretaria da Segurança Pública, que deveria fazer a prevenção para evitar mais esse conflito armado, no Município de Tamarana.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Com a palavra, o Senhor Deputado Péricles Mello, do PT.

O SR. PÉRICLES MELLO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Subimos à tribuna, nesta tarde, para falar sobre a questão dos direitos humanos em nosso país, em nosso Estado. Mesmo porque a Constituição paranaense estabeleceu em um de seus artigos a criação de um Conselho de Defesa dos Direitos Humanos. Que não funciona a contento e aqui na Casa, também, existe notícias de que vai ser criada a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e existe um projeto do nosso partido dando poderes maiores a esta Comissão, mas ainda não foi votado nem o substitutivo do PT.

Sabemos que o atentado aos direitos humanos no Brasil não é nenhuma novidade. Frequentemente tomamos conhecimento de notícias de que organismos internacionais, como a Anistia, divulgam relatórios condenando o Brasil pelo desrespeito aos Direitos Humanos, tanto no que se refere à violência que se pratica contra os menores de rua - cuja existência por si só é um atentado a negros, índios, mulheres, encarcerados, homossexuais, sem-terras etc. Para além da afronta humana encarada como corriqueira, o país tem se defrontado mais nos últimos anos com casos de verdadeira barbárie e que merecem a reflexão e ações urgentes por parte dos Poderes de Estado. Vamos citar apenas alguns casos:

Massacre dos meninos da Candelária através de grupos de extermínio e a desconfiança séria de participação da própria Polícia Militar;

Massacre de Vigário Geral praticado pela própria Polícia Militar;

As cenas estupefacentes que vimos há alguns dias em Diadema, onde policiais usando farda e usando da sua autoridade matam pessoas indefesas num ato completamente absurdo. São inúmeros e frequentes os casos contra os sem-terra, sendo mais contundente de todos, a morte de vários sem-terra em Eldorado do Carajás e agora o Deputado Rosinha colocou, aqui, questões graves que aconteceram em Tamarana e nós também responsabilizamos o Estado, brasileiro e paranaense por esse ritmo de violência que cada vez se acelera mais.

Além do extermínio que a própria civilização branca impôs ao índio através de métodos dissimulados da expulsão da terra, degradação do meio ambiente, transmissão de doenças e o genocídio cultural, principalmente. Temos, agora, o extermínio declarado como o assassinato do Caci-

que Pataxó Galdino, em Brasília, que mostra uma face cruel da nossa sociedade, inclusive filhos da classe média parecem completamente desumanizados. As pessoas pobres sendo estigmatizadas como verdadeiros bichos e não como seres humanos e levam a crimes desse tipo que estarrece a consciência civilizatória do país.

O pior de tudo isso, é que nos casos mais contundentes há o envolvimento ou pelo menos a denúncia do envolvimento do próprio Estado através de seus aparatos de repressão. No Paraná temos casos históricos - como o assassinato de um Líder de Sem-Terra, o Teixeira, assassinato feito da pior forma possível. Execração pública perto dos próprios familiares, sem-terra assassinado por policiais militares em 93. Os despejos violentos que denunciávamos dessa tribuna em Santa Izabel do Ivaí - ano passado. O assassinato de um pastor no Norte do Estado por um soldado da Polícia Militar. E o assassinato de um jovem ator negro no Largo da Ordem por um grupo que se auto-intitulava neonazista. Até quando vamos assistir impassíveis a tudo isto?

Por estes motivos é que rogamos que as mudanças necessárias são urgentes, não só a revisão do Código Penal como também a desmilitarização da polícia, mas, principalmente aqui no Paraná. Está na hora de fazermos funcionar a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa porque são vários casos em todo o Estado do Paraná, denúncias de violência contra a polícia, contra jovens, contra negros, contra homossexuais, menores abandonados e achamos que não podemos esperar mais.

O PT, repito, apresentou um substitutivo ao projeto de lei que cria a Comissão de Direitos Humanos onde dá amplos poderes para esta Comissão. Poder de investigação, poder de uma verdadeira CPI permanente nesta Casa, para que qualquer atentado contra os direitos humanos no Paraná ser imediatamente repreendido pela Assembléia Legislativa, possamos chamar os envolvidos com o poder de uma Comissão de Inquérito.

Queremos fazer um apelo à Presidência desta Casa, à Mesa da Assembléia Legislativa que com a máxima urgência possamos então ver funcionando realmente esta Comissão, porque temos notícia em jornal que o Deputado Tavares, a quem respeitamos, merece todo o nosso respeito, seria o Presidente desta Comissão. Só que nos surpreendeu esse fato, porque a Comissão não tem legalidade ainda na Casa e já se divulga notícia do seu Presidente, que tem desde já o nosso apoio, e pedimos também aos companheiros do PMDB e aos demais Deputados que façamos um esforço junto à Mesa para que imediatamente passe a funcionar, aprovado o Substitutivo do nosso Partido, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa.

Mais que isso, estamos também apresentando um requerimento ao Governo do Estado em nome da nossa Bancada, para que ele nos explique o funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos criado pela Constituição. Achamos que esse Conselho deverá ser democratizado e a partir dessas informações, entraremos também com projeto regulamentando o artigo da Constituição do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Muito obrigado, Srs. Deputados.

SR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - PTB com a palavra, PPB, PDT, PSDB, PFL, Liderança do Governo. Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

#### ITEM 01

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 481/96 que dá nova estrutura ao Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, institui plano de carreiras. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 194, em 1º Discussão).

#### ITEM 02

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 499/96 de autoria do Deputado José Maria Ferreira que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Antonio Iglésis - Ensino de 1º e 2º Graus de Ipiranga Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/96 de autoria do Deputado José Maria Ferreira que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Doutor Francisco Gutierrez Beltrão - Ensino de 1º Grau Regular e Supletivo, no Município de Ipiranga. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/97 de autoria do Deputado Luiz Accorsi que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Jardim São Jorge, com sede e foro no Município de Paranavaí. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins que declara de Utilidade Pública a Associação Aldeia São José, com sede e foro em Campo Largo - PR. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/97 de autoria do Deputado Luiz Accorsi que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Chácaras Jaraguá, com sede e foro no Município de Paranavaí. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 08/97, de 24.02.97).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 032/97

PARECER

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Chácaras Jaraguá em Paranavaí.

Analisando o projeto sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 08.04.97.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

#### ITEM 07

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 046/97 de autoria do Deputado Basílio Zanusso que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Nova Esperança. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 19, de 04.03.97).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 46/97

PARECER

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Basílio Zanusso visa declarar de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo no Município de Nova Esperança.

Chamada esta Comissão a se manifestar, por estar de acordo com a Lei nº 6994/78 que dita normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22.04.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 148/97 de autoria do Deputado Julio Ando que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Esportiva de Maringá - ACEMA, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 148/97  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural e Esportiva de Maringá - ACEMA, com sede e foro na Cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 09.04.97.

(a) JÚLIO ANDO

JUSTIFICATIVA.

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública é uma associação que objetiva a promoção nos setores de educação, cultura, esporte, amparo social e atividades recreativas. Portanto, sua finalidade é de grande alcance social, beneficiando a todos os cidadãos maringáenses já que abre suas portas sem qualquer discriminação.

Observamos, também, que a documentação que instrui o projeto corresponde ao que dita a Lei nº 6.994, com as alterações da Lei nº 8.589, que contém as normas para Declaração de Utilidade Pública.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares ao presente projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 148/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Julio Ando tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Cultural e Esportiva de Maringá - ACEMA.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.04.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/97 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli que requer declaração de Utilidade Pública Estadual à Associação de Moradores da Comunidade Rurbana de Campo Santana, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 50, de 15.04.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 162/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Comunidade Rurbana de Campo Santana.

Analisando o projeto sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 22.04.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, requerimento nº 820, de autoria do Sr. Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 823, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 824, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, queria registrar a fundação da União por Moradia Popular do Paraná (UMP), que foi fundada no dia de ontem na Cidade de Arapongas, uma Entidade Estadual que vai lutar em defesa dos direitos dos moradores de conjuntos habitacionais, especialmente os mutuários. E quero crer que é da maior importância, sob a coordenação do Sr. Roland Rutyna, esta entidade é uma entidade ampla que contou ontem com a participação de mais de trezentas pessoas, na Cidade de Arapongas, e quero crer que é uma entidade, que a partir desse, é o primeiro congresso, ela será extremamente atuante na defesa dos interesses dos mutuários e moradores dos conjuntos habitacionais.

E registrar ainda, Sr. Presidente, o voto de agradecimento ao Prefeito de Arapongas, o José Bisca, que proporcionou uma excelente infra-estrutura para a realização desse congresso na sua cidade, na minha avaliação, embora adversário político nosso, meu particularmente, mas o Prefeito José Bisca deu uma grande demonstração de apoio ao movimento popular na realização desse congresso em Arapongas.

Então, fica aqui registrado, e também que essa nova entidade vai defender os interesses dos mutuários do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação, Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 825 a 827, de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 828 a 839, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 840, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 841 a 843, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 844, de autoria do Sr. Deputado Pérciles Mello, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão, para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 846 e 847, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, com apoio do Sr. Deputado Sâmis da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 848 a 851, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs.

Deputados. Só para registrar a presença na sessão de hoje de uma caravana de pessoas, lideranças, do Vereador Altair, do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Romeu Bruksel, dos nossos dois agricultores, o Nereu e também do Gerson, esta Comissão está presente, hoje, aqui nesta sessão em vista que mais tarde teremos uma audiência na Secretaria da Segurança Pública em virtude dos assaltos que continuam acontecendo, infelizmente, nas residências de agricultores na nossa Região Oeste do Estado. Aos Srs. da Comissão muito obrigado pelas suas presenças e esperamos que possamos encontrar êxito na nossa audiência na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente sessão com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 550 e 561/96; 029, 037 e 041/97.

E convocamos os Srs. Deputados para a Sessão Sole-  
ne em comemoração ao Jubileu de Ouro de Jesuíta do Re-  
verendíssimo Padre Gustavo Pereira Filho, por proposição  
dos Deputados Renato Adur, Antonio Annibelli e Orlando  
Pessuti, a se realizar às 15:00 horas do dia 29 de abril.

E marca ainda para dia 30 quarta-feira, trabalhos das  
Comissões, e para 05 de maio, segunda-feira, à hora regi-

mental, uma Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 032, 046, 148 e  
162/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 010 e 298/96; 033 e  
034/97.

Levanta-se a sessão.